

Editorial – Edição 2021.1

É com grande satisfação que apresentamos a edição 2021.1 da *Revista de Direito Constitucional Econômico*. Nesta edição, reafirmamos o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA com a excelência acadêmica e a promoção de debates fundamentais para o enfrentamento dos desafios contemporâneos do Direito. Os artigos aqui reunidos refletem a pluralidade de abordagens e a profundidade das pesquisas desenvolvidas no campo constitucional e econômico, contribuindo significativamente para a construção do conhecimento jurídico.

Bernardo Torres Portela, em artigo intitulado "*Crise da governança global em saúde: Covid-19 e seus impactos à saúde global*", explora o entendimento de que o medo e a insegurança ocasionados pela Covid-19 não são um fenômeno novo no cenário internacional. O autor discorre sobre o papel desempenhado pela OMS no contexto global e analisa seus poderes constitucionais para a governança da saúde mundial.

Luís Renato Vedovato, em "*A perda da nacionalidade brasileira: o caso Claudia Hoerig – um possível debate no sistema interamericano*", analisa as normas sobre a perda da nacionalidade brasileira, tendo como pano de fundo a Extradução 1.264, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2017.

Bruna Sueko Higa de Almeida, em "*Controle de convencionalidade e o diálogo das cortes: o STF perante as sentenças da Corte Interamericana em casos contra o Brasil*", examina a ocorrência (ou não) de um diálogo entre o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com foco nas decisões condenatórias contra o Brasil.

Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro, em "*Marco Civil da Internet e guerra cibernética: análise comparativa à luz do Manual de Talin sobre os princípios do Direito Internacional aplicáveis à guerra cibernética*", estuda o Manual de Talin e sua relevância para o operador jurídico brasileiro no contexto das guerras cibernéticas, relacionando-o à legislação nacional.

Edson da Graça Francisco Macuácuá e Cláudio Izidro Batista Saite, em artigo intitulado "*o regime jurídico do sector empresarial local em moçambique*" analisam o fundamento jurídico do sector empresarial local (SEL), face, por um lado, à materialização do princípio central do exercício do poder do Estado, que se confina na prossecução do bem-estar comum e, por outro, ao vazio legal específico, quanto à coexistência, ao lado do regime jurídico do sector empresarial do Estado (SEE), do regime jurídico do sector empresarial local, centrado na administração pública, no âmbito do processo da descentralização do poder do Estado em Moçambique.

Caio Lenharo Makhoul, em "*Direito à prova, critério de territorialidade e o constitucionalismo digital no contexto da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 51 / STF*", investiga os desafios do direito à prova digital e sua relação com os critérios de territorialidade e jurisdição no contexto do constitucionalismo digital.

Breno Baía Magalhães e Maressa Trindade Freitas, no artigo "*Análise normativa e empírica sobre o Incidente de Deslocamento de Competência (2004-2023): de mecanismo para a proteção de Direitos Humanos à medida auxiliar na investigação de*

crimes cometidos por milícias e grupos de extermínio", examinam a evolução e a aplicação do Incidente de Deslocamento de Competência, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Daniela Bucci, em *"Parâmetros internacionais de proteção contra a violência contra a mulher na internet: avanços e desafios"*, analisa os padrões estabelecidos pelas cortes internacionais de direitos humanos no combate à violência contra a mulher, com enfoque nos desafios específicos da violência praticada no ambiente digital.

Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian, em *"Empresas e direitos humanos e ESG: linhas iniciais de uma relação de gênero e espécie"*, apresenta os eixos da temática central *Empresas e Direitos Humanos*, destacando a importância da pauta ESG para o Direito Internacional, a sociedade global e a sustentabilidade do planeta.

Encerramos esta edição destacando o papel do Mestrado em Direito Constitucional Econômico como um espaço privilegiado de formação crítica e produção acadêmica inovadora. A diversidade temática e a qualidade dos artigos aqui apresentados demonstram o compromisso de nossos docentes e discentes com a pesquisa jurídica de excelência, capaz de dialogar com os dilemas contemporâneos e propor soluções efetivas para o avanço da justiça e do direito no Brasil e no cenário internacional.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora.

Boa leitura!

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico